



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 16 de Outubro de 2019

Audiência aponta necessidade de regularização da educação em casa

Em debate de projeto sobre *homeschooling*, especialistas destacaram a urgência de segurança para as famílias que adotam a prática

A EDUCAÇÃO DOMICILIAR, conhecida como *homeschooling*, recebeu críticas e apoio de participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência foi requerida e presidida ontem pela relatora do projeto que regulamenta a prática (PLS 490/2017), Soraya Thronicke (PLS-MS). Segundo a senadora, mais de 7 mil famílias já estão praticando essa modalidade de educação no país e precisam de amparo jurídico.

— Precisamos identificar os pontos positivos e os negativos dessa prática para ter condições de estabelecer uma regulamentação.

A debatedora Karoline Correia há cinco anos pratica a educação domiciliar com seus três filhos. O motivo da opção foi a depressão do filho mais velho, consequência do bullying que sofria no colégio.

— Não podemos viver à parte da lei, como se fôssemos criminosos — afirmou.

Segundo a secretária nacional da Família do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Angela Gandra Martins, o interesse do ministério é defender o direito das famílias à liberdade de escolha sobre a modalidade de educação.

— Os pais dependem dessa decisão, que deve ser tomada ainda neste ano, de forma que se tenha qualidade no ensino e que as crianças tenham uma boa socialização.

Para a vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná, Marcia Baldini,



Relatora da proposta de regulamentação, Soraya Thronicke (C) preside audiência sobre educação domiciliar

na escola a criança aprende a conviver em grupo e essa interação é base para o desenvolvimento social. Ela considerou que há pautas mais importantes, como a evasão escolar, a melhoria das escolas e o financiamento da educação. Marcia questionou a formação acadêmica a ser exigida dos pais que pretendem fazer *homeschooling* e como será feita a fiscalização.

— Temos cerca de 48 milhões de matrículas no ensino regular e pesquisas mostrando que pode haver em torno de 16 mil crianças no ensino domiciliar. Então é um número bastante pequeno — questionou.

Para a representante do Ministério da Educação, Aricélia Ribeiro do Nascimento, não se pode limitar essa escolha a crianças com necessidades educativas especiais.

— Já temos atendimento no sistema educacional. Podemos ter certeza de que, mesmo nos cercando de todo o cuidado, teremos desafios.

De acordo com o presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), Ricardo Dias, em torno de 2% dos estudantes estudam em casa nos países em que é permitida a prática. Ele enfatizou que as escolas são necessárias e que uma modalidade não prejudica a outra.

Segurança jurídica

A promotora de Justiça de Defesa da Educação Cátia Gisele Martins esclareceu que o Supremo Tribunal Federal (STF), quando julgou o recurso extraordinário sobre o *homeschooling*, não disse que a prática era inconstitucional, mas que carecia de regulamentação. Dessa forma, as famílias que aderiram à prática perderam a segurança jurídica e precisam da lei.

Segundo o diretor da ONG Global Home Education Exchange Carlos Vinícius Brito Reis, o Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica, que garante aos pais a

liberdade de optar pela modalidade de educação dos filhos. Para ele, o tratado, que tem status de lei complementar, já bastaria como legislação.

Reis lembrou que há mais de 25 anos o Congresso debate o tema e que municípios e estados já estão tomando a iniciativa de aprovar leis regulamentando a prática.

Segundo Dias, pesquisas feitas nos Estados Unidos mostraram que, quanto à socialização, os estudantes que receberam educação em casa se envolvem mais em atividades cívicas e serviço voluntário à comunidade e tendem a ter mais tolerância política e religiosa do que os que aprenderam em escolas.

— Não estamos falando de hipóteses. Estamos falando de evidências científicas, de resultado de pesquisas que demonstram claramente a eficiência [da educação domiciliar], tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do ponto de vista social — afirmou.

Presidente assina MP para criar 13º do Bolsa Família

Bolsonaro reforça ação na área social

Por Fabio Murakawa e Matheus Schuch — De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que foi alvo de “fake news” por parte da oposição no ano passado, por conta de rumores à época de que ele acabaria com o Bolsa Família, programa social que é marca registrada dos governos petistas. Bolsonaro deu a declaração no Palácio do Planalto, durante evento de assinatura da Medida Provisória que assegura o pagamento de 13º salário a beneficiários do Bolsa Família.

“Nós temos no Congresso uma CPMI de fake news. Essa ideia [do 13º] apareceu no ano passado exatamente por causa das fake news”, disse Bolsonaro. “Eu diria que tivemos, sim, muitas fake news em razão das eleições do ano passado. Se não tivesse essas fake news, eu teria muito mais votos do

que eu tive. E quase todas foram contra a minha candidatura. Entre elas, uma iniciativa bastante desesperada da oposição começou a pregar por todo o Brasil, em especial no Nordeste, que nós acabaríamos com o programa Bolsa Família.”

O valor do bônus será o mesmo já pago mensalmente, a ser depositado junto com a parcela de dezembro do benefício.

Para garantir a remuneração extra, o governo federal vai desembolsar R\$ 2,58 bilhões. Sem dar detalhes sobre a origem do valor, o ministro da Cidadania, Osmar Terra, disse que parte da verba é oriunda de revisões de pagamentos indevidos. A outra parte, será realocada de outras destinações, que ele não informou quais são.

“A maior parte deste recurso foi feito em cima do cruzamento de dados e da diminuição do gasto com pessoas que não precisavam do programa”, afirmou Terra.

Além dos recursos recuperados com a fiscalização, houve aporte do Ministério da Economia.

Hoje, 13,5 milhões de famílias recebem o benefício, segundo o Ministério da Cidadania.

Bolsonaro disse que deve terminar o governo com índices menores de desemprego e pobreza, para que menos pessoas necessitem da ajuda. “O bom programa social é o que sai mais gente do que entra”, afirmou.

Na mesma cerimônia, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, assinou portaria autorizando o repasse de R\$ 18 milhões ao Hospital Santo Antônio, em Salvador (BA), considerado um dos principais legados das obras sociais da Irmã Dulce, recentemente canonizada como Santa Dulce dos Pobres.

Segundo o ministério, o hospital realiza mais de 20 milhões de atendimentos por ano pelo SUS.

O Fundeb em pauta

Por João Batista Oliveira

Há consenso de que as regras existentes produzem ineficiência e não premiam a prudência

Encontra-se na pauta do Congresso Nacional a discussão sobre a prorrogação do Fundeb, mecanismo importante do financiamento da educação básica. A proposta preliminar, da deputada Professora Dorinha, foi com muita sede ao pote e bateu na trave: o governo, que até então estava se fingindo de morto, reagiu. O que mais assustou foi a ideia de aumentar significativamente o compromisso financeiro do governo federal. Kleber Castro, um dos maiores estudiosos do tema, estima em R\$ 370 bilhões o impacto fiscal na União em 10 anos. Agora entra a turma do “deixa disso” para buscar uma solução menos radical. Parece que surge a oportunidade de incorporar sugestões viáveis, que podem dar nova feição ao fundo.

Diversas iniciativas paralelas aos encaminhamentos da comissão encarregada do tema não foram ouvidas ou assimiladas. Coordenei dois seminários sobre o tema, realizados no âmbito da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados por iniciativa do deputado Gastão Vieira. No processo de dirigir os seminários, tive contato com muitos estudiosos do assunto, bem como com representantes de instituições

nacionais e internacionais que refletiram sobre ele. Resumo, a seguir, apenas alguns contornos das propostas mais ambiciosas, que poderiam dar novo alento ao financiamento público da educação básica.

Há consenso de que as regras existentes produzem ineficiência e não premiam a prudência

Aumento de recursos. Esta é a principal bandeira da maioria dos grupos de interesse. Mas a situação fiscal do país não permite grandes arroubos. Além disso, haverá redução da demanda de matrículas por conta da inflexão demográfica. Uma alternativa seria dar ao fundo um caráter plurianual, com mecanismos de estabilização para, em anos de vacas magras, estabelecer compromisso de assegurar aumentos reais per capita - algo em torno de 2 a 3% teria grande impacto e caberia no bolso do governo federal. Duas outras ideias poderiam ser contempladas - punir a “preguiça fiscal” dos municípios e os perversos efeitos da “guerra fiscal”, e aumentar a base, incorporando o ISS e IPTU nos cálculos, o que poderia resultar numa redução das alíquotas.

Reduzir a desigualdade. O principal objetivo do Fundeb é redistribuir os recursos entre os

municípios. Isso ele já faz, mas pode fazer ainda mais e melhor. Há boas ideias na mesa. Uma delas, da deputada Tabata Amaral, sugere concentrar os recursos do MEC nos municípios abaixo de um certo limiar, em vez de diluí-los na vala comum. Outra seria criar apenas um único fundo em vez de um fundo por Estado, como hoje. Isso por si só já permitiria um aumento de 10% ou mais na alocação de recursos para os municípios mais pobres.

Reduzir ineficiências. Há consenso de que as regras existentes produzem ineficiência e não premiam a prudência. Há várias propostas para reduzir a ineficiência. Uma delas seria dar ao fundo um caráter plurianual, evitando o gasto tempestivo de recursos ao final de cada ano. Uma segunda consiste em abolir as vinculações (gastos obrigatórios, atrelados ao montante de recursos existentes). Em princípio, vinculações aumentam a ineficiência, pois tiram flexibilidade no uso dos recursos. No caso, a vinculação mais relevante refere-se a um montante (60%) que deve ser gasto obrigatoriamente com salários de professores. Nesse tópico, há três posições divergentes: os que propõem manter como está, os que querem aumentar para 70% e os que propõem a eliminação desse vínculo, tendo em vista sobretudo a flexibilidade necessária para fazer face à crise fiscal e à redução demográfica.





Uma terceira sugere usar como critério o tamanho da população, e não de matrículas, pois isso levaria as redes de ensino a reduzir a repetência e resolver definitivamente a questão da municipalização - ou estadualização. E há também sugestões para permitir o uso de recursos em formas alternativas de atendimento à Primeira Infância, bem como de “vouchers” para estimular a oferta do ensino médio técnico ou profissional.

Permanente ou provisório. O Fundeb foi criado como fundo provisório, e a razão disso é que vinculações dessa ordem podem ter uma justificativa eventual, mas dificilmente se justificam no longo prazo. No momento em que o país já consolidou um forte entendimento a respeito da importância da educação e em que a maioria dos gastos educacionais se tornou rígida (pagamento de pessoal), não parece mais haver razão para temer um retrocesso. Por outro lado, as

mudanças demográficas apontam não apenas para a redução das matrículas na educação básica (350 mil a menos por ano nas próximas décadas), mas também para o crescimento do grupo dos idosos, que demandarão mais recursos. Daqui a 40 anos, nosso sistema de educação básica será um terço menor do que hoje. Congelar recursos em favor de um grupo pode comprometer a capacidade de atender a outras demandas. E ainda estamos diante de possibilidades de reforma tributária e fiscal, e da revisão do Pacto Federativo. No mínimo, seria razoável deixar o tema em aberto, mantendo o caráter provisório do Fundo.

Papel do governo federal. No texto atual da Constituição, o papel do governo federal é supletivo e focado na redução das desigualdades. Na proposta atual de reformular o Fundeb, a ideia é tornar o governo federal como “solidário”. Propostas alternativas enfatizam a

necessidade de dirigir os recursos do governo federal para promover a eficiência e premiar o bom desempenho. No âmbito da qualidade, há ideias para reservar parte dos recursos do governo federal para premiar redes de ensino que demonstrarem melhor desempenho, seja diretamente ou em parceria com governos estaduais. Ou para usar recursos em projetos estratégicos voltados para a Primeira Infância, com estratégias alternativas, não se limitando às creches.

A sociedade amadureceu. Há boas ideias, com maior ou menor grau de viabilidade política, para aprimorar o financiamento da educação. Resta ver se o Congresso Nacional conseguirá estabelecer um foro adequado para ouvir e triar essas ideias, e formular uma proposta mais consistente e politicamente viável.

João Batista Oliveira é presidente do Instituto Alfa e Beto.

Dona da Estácio negocia com grupo à frente do Ibmecc

Americana Adtalem tem cinco marcas avaliadas em R\$ 2 bi à venda no país

GLAUCE CAVALCANTI
E RENNAN SETTI*
economi@oglobo.com.br

A Yduqs, controladora da Estácio, está em negociação para comprar a Adtalem Educacional Brasil, dona de centros educacionais com marcas como Ibmecc e Damásio. A informação foi dada ontem pela agência Reuter e confirmada pelo GLOBO com fontes de mercado.

Em agosto, o grupo americano Adtalem pôs à venda suas operações no Brasil com a expectativa de conseguir ao menos R\$ 2 bilhões com a transação. Logo as conversas com a controladora da Está-

cio começaram, mas a Adtalem Brasil também foi disputada pela Kroton, maior empresa de educação privada do país — que desde o início deste mês se chama Cogna.

Uma fonte a par das negociações disse que a aquisição pela Yduqs teria sido fechada na primeira semana de outubro, mas que o anúncio foi adiado por questões burocráticas. O valor da transação, no entanto, ainda é desconhecido. Analistas do Itaú BBA apontaram em relatório que, se o preço for de R\$ 2 bilhões, o negócio será “agregador aos acionistas da Yduqs”, com um preço por aluno

mais baixo do que o preço da ação da Yduqs implica.

Ontem, os papéis da Yduqs encerraram o dia com alta de 2,15% na Bolsa de São Paulo, a B3, cotados a R\$ 38. Já as ações da Adtalem Global, nos EUA, subiram 2,37%, para US\$ 36,69.

‘FÔLEGO’ PARA COMPRAR

Em julho, a Estácio Participações anunciou a mudança do nome para Yduqs, argumentando que a nova marca vai permitir investir nos negócios já existentes e ter outros ativos e marcas com posicionamentos diferentes — incluindo ativos

premium —, retomando o movimento de aquisições e investindo em expansão também ancorada em educação a distância (EAD).

A Yduqs encerrou o segundo trimestre com R\$ 718 milhões em caixa. O lucro líquido no período foi de R\$ 195 milhões, queda de 18% ante abril a junho de 2018. Eduardo Parente, presidente da companhia, afirmou, em comunicado divulgado em agosto, que a Yduqs tinha “fôlego financeiro para aproveitar oportunidades de aquisição que surgirem”.

A Adtalem Educacional Brasil, que comprou o Ibmecc em 2015 por R\$ 699 milhões ainda sob a marca DeVry, seu antigo nome, tem outras quatro marcas no país: Wyden Educacional e os cursos Damásio, Clio e SJT Med. No total, tem 82 mil alunos no Brasil. Procuradas pelo GLOBO, Yduqs, Cogna e Adtalem não se pronunciaram. (Com Reuters)

UFRJ apura 230 denúncias de fraude nas cotas



“Não houve, até 2019, instituição de comissão de verificação, apesar de casos de denúncia”

Denise Carvalho, reitora da UFRJ

“O racismo no Brasil é mais baseado no fenótipo e é menos ofensivo em relação ao seu antepassado”

Sérgio Suíama, procurador do MPF

**JULIANA DAL PIVA
E FILIPE VIDON***
societate@oglobo.com.br

A Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada em 2019, analisa atualmente 230 denúncias de fraudes nas autodeclarações raciais para o ingresso pela lei de cotas.

Isso acontece três meses depois de uma ação, feita de modo anônimo, na qual foram pendurados cartazes com fotos e nomes de dezenas de estudantes nas paredes de um dos edifícios da Faculdade Nacional de Direito. Os alunos expostos se autodeclararam pretos, pardos ou índios para o ingresso na UFRJ. No entanto, muitos são brancos e alguns até louros com olhos azuis.

Essa foi mais uma ação entre diversas outras que estão ocorrendo desde o ano passado dentro da UFRJ para tentar coibir fraudes e impedir que alunos brancos ocupem vagas destinadas para estudantes pretos. Além das denúncias dentro da própria faculdade, os estudantes que se declararam cotistas, mas não se enquadraram, também estão sendo denunciados para o Minis-

tério Público Federal. No Rio, já há três ações na Justiça Federal contra alunos da UFRJ e uma contra um estudante da Unirio, por esse motivo.

O MPF investiga o mesmo tipo de irregularidade em concursos públicos; somando os dois tipos de fraude, são aos menos 23 ações da Procuradoria em todo o Brasil.

Uma das mais recentes ajuizadas no Rio é contra uma estudante da UFRJ do curso de Química. Ela entrou pela modalidade que diz “própria a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. Porém, ela possui pele clara, é loura e tem olhos verdes.

Questionada pelo MPF, a estudante disse que apresentou, na matrícula, a documentação exigida no edital e justificou ter usado a autodeclaração como cotista racial “por me considerar parda, bem como por vir de família de descendência negra, com traços claros de afrodescendência”. Procurada pela reportagem, a estudante não respondeu ao contato. A UFRJ disse que o caso da estudante será avaliado por

sua comissão até novembro.

—Até 2019, não houve instituição de comissão de verificação na UFRJ, apesar de existirem alguns casos de denúncia no passado. Sob meu ponto de vista, houve omissão por parte da universidade — afirmou a reitora Denise Pires de Carvalho, que assumiu o cargo neste ano e admite o ambiente hostil entre alunos. — Infelizmente, esses fatos ocorrem como uma forma de revolta entre os próprios estudantes, mas deveria ser responsabilidade exclusivamente institucional.

REPARAÇÃO DE R\$ 15 MIL

O procurador Sérgio Suíama, responsável pelo caso, disse que a justificativa da estudante não condiz com decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.

—Nessas decisões, ficou estabelecido que o racismo no Brasil não é igual ao dos EUA, por exemplo. Não é da origem. Ele é um racismo mais baseado no fenótipo e é menos ofensivo em relação ao seu antepassado. É por você ser percebido negro — explica Suíama.

Na ação contra a estudante, o MPF pede o cancelamento da matrícula e R\$ 14.496 por danos morais e





materiais do estado durante o período em que ela ocupou uma vaga irregularmente.

Já na universidade, as possíveis sanções estão sendo regulamentadas pelo Conselho de Ensino de Graduação e pela Procuradoria Federal da UFRJ. A reitoria informou ainda que, a partir de 2020, após as provas, os candidatos na modalidade das cotas terão de ser aprovados pela comissão para ingressar por meio de ações afirmativas. Só terão direito à matrícula os candidatos que forem aprovados nessa fase. Caso contrário, serão eliminados.

Na Marinha, o MPF também pediu a anulação da nomeação de um rapaz no cargo de oficial intendente da Marinha (segundo-tenente do Corpo Auxiliar da Marinha) “em razão do emprego de fraude consistente em falsa declaração a respeito da cor de sua pele”. Ao ser questionado sobre o assunto, ele disse ao MPF que, “por ser filho e neto de pardos, possuo genes em meu DNA de pessoas pardas nas camadas mais próximas da minha árvore genealógica, o que corrobora minha cor parda pelo critério do tipo genótipo”.

Ele ainda disse que trabalhou “desde sempre para contribuir com a renda da minha família, pagar minha faculdade e alcançar os meus objetivos. Visto o propósito desta lei de fazer justiça por aqueles que não a tiveram no passado e ajudar seus descendentes que são privados de condições isonômicas no presente, tenho certeza de que me enquadro nela”.

No início da implementação da política de reserva de vagas para pardos e pretos, os candidatos só tinham de fazer a autodeclaração. Com a descoberta das fraudes, as instituições públicas passaram a criar comissões de verificação para averiguar as autodeclarações.

Segundo o MEC, “compete exclusivamente à instituição definir critérios a serem aplicados para candidatos que atendam suas políticas de ação afirmativa”. A maioria das comissões são compostas de cinco pessoas, divididas entre servidores, técnicos e alunos — priorizando a presença de pretos na composição. A autodeclaração é conferida por critérios fenotípicos, como a cor da pele e os traços físicos.

**Estagiário sob supervisão de Fabio Brisolla*

Universidade no Future-se terá que diminuir folha

Texto que servirá como base para o projeto de lei do MEC prevê que adesão dependerá da redução da despesa com pessoal

PAULA FERREIRA
paula.ferreira@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Uma minuta que servirá como base para o projeto de lei do programa Futurese foi repassada pelo MEC a alguns membros do setor educacional e prevê que a adesão ao programa de financiamento das instituições de ensino superior esteja vinculada à redução da despesa com pessoal.

De acordo como documento, os outros indicadores a serem considerados serão fixa dose conjunto coma universidade que aderira o programa, “considerando-se as peculiaridades de cada instituição”. A adesão será feita por meio de “contrato de desempenho”, uma modalidade que foi aprovada na Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara no último dia 3, mas ainda não está sancionada. Os detalhes do texto ao qual o GLOBO teve acesso foram adiantados pelo jornal “O Estado de

S.Paulo”.

Segundo interlocutores, o texto é uma base do que o MEC pretende estruturar como projeto de lei e sofrerá alterações após sugestões do setor.

Hoje, o secretário de ensino superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima, irá à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para discutir o texto com os reitores das federais.

Recentemente, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, subiu o tom das críticas a professores de universidades federais e afirmou que iria atrás da “zebra mais gorda” —que, segundo ele, são os docentes das instituições de ensino superior federais “com dedicação exclusiva, que dá oito horas de aulas por semana e ganha de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês”.

Até o momento, o Future-se tem encontrado resistência entre as universidades federais, que avaliam que o programa, além de atingir a autonomia universitária, pode ser utilizado pelo MEC como uma medida para reduzir os repasses às instituições.

Escola inclusiva

É alvissareira a constatação de que 86% dos brasileiros consideram haver melhora nas escolas quando se incluem alunos com deficiência. O elevado grau de aceitação aparece em pesquisa Datafolha divulgada nesta terça (15), Dia do Professor.

Uma década atrás, quando o país aderiu à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e assumiu o dever de uma educação inclusiva, era comum ouvir previsões negativas para tal perspectiva generosa. Apesar das dificuldades óbvias, ela se tornou lei em 2015 e criou raízes no tecido social.

A rede pública carece de profissionais satisfatoriamente qualificados até para o mais básico, como o ensino de ciências; o que dizer então de alunos com gama tão variada de dificuldades.

Os empecilhos vão desde o acesso físico à escola, como o enfrentado por cadeirantes, a problemas de aprendizado criados por limitações sensoriais —surdez, por exemplo— e intelectuais.

Bastaram alguns anos de convívio em sala, entretanto, para minorar preconceitos. A maioria dos entrevistados (59%), hoje, discorda de que crianças com deficiência devam aprender só na companhia de colegas na mesma condição.

Tal receptividade decerto não elimina o imperativo de contar, em cada estabelecimento, com pessoal capacitado para lidar com necessidades específicas de cada aluno. Este pode ser disléxico, deficiente visual ou diagnosticado com transtorno do espectro autista, para dar mais alguns exemplos.

O censo escolar indica 1,2 milhão de alunos assim categorizados. Embora tenha triplicado o número de professores com alguma formação em educação especial inclusiva, contam-se não muito mais que 100 mil deles no país. Não se concebe que possa haver um especialista em cada sala de aula.

As experiências mais bem-sucedidas criaram na escola uma estrutura para o atendimento inclusivo, as salas de recursos. Aí, ao menos um profissional preparado se encarrega de receber o aluno e sua família para definir atividades e de auxiliar os docentes do período regular nas técnicas pedagógicas.

Não faltam casos exemplares na rede oficial de ensino. Compete ao Estado disseminar essas iniciativas exitosas por seus estabelecimentos. Assim se combate a tendência ainda existente a segregar em salas especiais os estudantes com deficiência —que não se confunde com incapacidade, como felizmente já vamos aprendendo.

Bolsa Família terá 13º

O governo federal assinou ontem uma medida provisória que vai instituir a todos os beneficiários do Programa Bolsa Família o pagamento do 13º, a partir deste ano. O pagamento será feito em dezembro e terá o mesmo valor do benefício, e seguirá o calendário regular do programa que atinge 13,5 milhões de famílias em todo o país.

O Bolsa Família é destinado a famílias com renda per capita de até R\$ 179 mensais. O benefício mensal varia de R\$ 41,00 a R\$ 89,00, e o valor médio pago pelo governo às famílias é de R\$ 189,21, sendo o valor máximo de R\$ 205,00, a depender da situação e número de pessoas da família.

“Nós sabemos que pode ser até pouco para quem recebe, mas, pelo que eles têm, é muito bem-vindo esse recurso. É uma grande conquista dessas pessoas que tanto necessitam e ficaram esquecidas por tanto tempo”, disse o presidente Jair Bolsonaro, ao assinar a MP. “Queremos ajudar os pobres mesmo sabendo que o bom programa social é aquele que sai mais gente do que entra”, acrescentou.



Ministro da Cidadania, Omar Terra, na cerimônia de assinatura da nova Medida Provisória

Para o ministro da Cidadania, Osmar Terra, o repasse será o “maior da história de um programa social, para todas as pessoas que estão no limite da pobreza extrema do Brasil”.

“O governo não deixou para trás as pessoas mais pobres. É uma travessia no deserto, onde o presidente Bolsonaro e toda a coordenação da sua equipe da econômica, da Casa Civil dos ministérios não se permitem deixar para trás ninguém. Todas as famílias estão sendo atendidas. Junto com outros programas sociais, todos

estão sendo garantidos acima dessa linha da pobreza extrema”, destacou.

O governo informou que o pagamento será possível graças ao aumento de R\$ 2,58 bilhões no orçamento do Ministério da Cidadania, assegurado pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do primeiro bimestre de 2019, do Ministério da Economia. A MP, agora, será enviada ao Congresso Nacional. Ela depende de aprovação do parlamento para sua transformação definitiva em lei.

Educação 1: Kroton ensina a encontrar emprego

A Kroton, um dos maiores grupos de educação do mundo, fechou parceria com a startup Meu Entrevistador para que seus alunos e ex-alunos consigam encontrar emprego de forma mais rápida. Por meio de uma plataforma on-line, serão usadas ferramentas de vídeos com simulações de entrevistas de emprego e dicas de profissionais da área de Recursos Humanos. Até agora, 800 alunos acessaram a plataforma, sendo que 64,5% são mulheres.

Educação 2: Dono do grupo Estácio negocia compra do IBMEC

A educação continua a ser um dos setores mais dinâmicos do país. Dono da Universidade Estácio, o grupo carioca Yduqs negocia a compra da americana Adtalem Brasil que, entre outras marcas, detém o renomado IBMEC. A operação, segundo informações do portal Exame, gira em torno de R\$ 2 bilhões. O negócio da educação prospera no país. Desde 2008, foram realizadas 300 fusões e aquisições envolvendo empresas da área de ensino.

Marcos Mesquita/IBMEC/Divulgação

